

PROVA OBJETIVA E DISSERTATIVA – MANHÃ

ANALISTA DE PROCURADORIA - DIREITO - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO | ANALISTA DE PROCURADORIA - PROCURADORIA-GERAL DA CÂMARA MUNICIPAL | ANALISTA LEGISLATIVO - DIREITO - CÂMARA MUNICIPAL

NÍVEL SUPERIOR TIPO 2 – VERDE



SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **80 (oitenta)** questões objetivas e **1 (uma)** questão dissertativa, você receberá do fiscal de prova o cartão de respostas e a folha de textos definitivos;
- As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.
- A questão dissertativa deverá ser respondida em, no mínimo, **20 (vinte)** e, no máximo, **30 (trinta)** linhas.



TEMPO

- Você dispõe de **5 (cinco) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas;
- **2 (duas) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;
- A partir dos **30 (trinta) minutos** anteriores ao término da prova é possível **retirar-se da sala levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas e a folha de textos definitivos;
- Para o preenchimento do cartão de respostas e da folha de textos definitivos, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s) no cartão de respostas e na folha de textos definitivos;
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas e em sua folha de textos definitivos, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas e da sua folha de textos definitivos. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca do cartão de respostas e da folha de textos definitivos em caso de erro cometido pelo candidato**;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas e na folha de textos definitivos;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa Prova!**

Conhecimentos Básicos

Língua Portuguesa

1

Todos os argumentos estão acompanhados da justificativa de sua inadequação.

Assinale a frase em que a indicação de **inadequação** está correta.

- (A) Eu sou Gary Cooper, um grande ator de cinema e sempre comprei carros Chevrolet; faça como eu. / Confusão entre ideia e autor.
- (B) Os meteorologistas sempre cometem erros na previsão do tempo. Hoje, disseram que ia chover e veja o sol brilhante que está fazendo. / Fuga do assunto.
- (C) Defendo a ideia de um aumento do imposto de renda para os ganhos de capital, pois a injustiça social está grande. / Generalização excessiva.
- (D) O potencial agrícola de nosso país sempre foi mal explorado pela ausência de escolas especializadas. / Estatísticas tendenciosas.
- (E) O jogador deve ser inocente em relação à punição tomada, pois é muito cuidadoso com a chuteira e a bola. / Simplificação exagerada.

2

Leia o trecho da peça *Il fu Mattia Pascal*, de Luigi Pirandello.

O prazer que um objeto nos proporciona não se encontra no próprio objeto. A imaginação o embeleza, cercando-o e quase irradiando-o com imagens estimadas. Em suma, no objeto amamos aquilo que nós mesmos colocamos nele.

Assinale a afirmativa correta sobre a significação do trecho.

- (A) A beleza dos objetos é uma projeção de nossa imaginação sobre eles.
- (B) A beleza não existe nos objetos, mas, sim, em tudo aquilo que os cerca.
- (C) Nossa imaginação embeleza ou deprecia os objetos segundo o prazer que eles nos despertam.
- (D) A beleza dos objetos nos traz prazer porque ela nos lembra da beleza que trazemos em nós mesmos.
- (E) Os objetos não possuem beleza própria, mas ela se concretiza em suas circunstâncias.

3

Leia o trecho a seguir, de Sêneca.

A companhia da multidão é nociva: há sempre alguém que nos ensina a gostar de um vício, ou que, sem que percebamos, transmite-nos esse vício por completo ou em parte. Quanto mais numerosas forem as pessoas com as quais vivemos, maior é o perigo.

Com base na leitura, indique a afirmativa correta sobre sua significação ou estruturação.

- (A) A frase inicial do texto é contraditada pela explicação dada em seguida.
- (B) A presença dos dois-pontos mostra sempre que a frase seguinte expressa uma opinião do enunciador da frase.
- (C) O emprego do pronome indefinido “alguém” indica que a pessoa referida pode representar perigo aos outros.
- (D) As duas primeiras ocorrências do pronome relativo “que” mostram o mesmo referente.
- (E) A forma verbal “transmite-nos” mostra um erro na colocação de pronome oblíquo.

4

Além das formas tradicionais de voz passiva – voz passiva com auxiliar e voz passiva sintética com o pronome *se* – também ocorre essa voz com os infinitivos precedidos da preposição *de*.

Assinale a frase em que o infinitivo não mostra esse valor passivo, mas sim o de indeterminação do sujeito.

- (A) Comer e coçar é questão de começar.
- (B) Todas as coisas são custosas de entender.
- (C) Era uma dificuldade impossível de ultrapassar.
- (D) Esse osso é difícil de roer.
- (E) Está próxima de superar essa barreira.

5

Assinale a afirmativa em que a voz passiva pronominal (com o pronome *se*) foi corretamente transformada na voz passiva analítica (com o auxiliar *ser*).

- (A) Este ano se verá um cometa. / Este ano seria visto um cometa.
- (B) Utiliza-se a maracujina como calmante. / A maracujina era usada como calmante.
- (C) Descobriu-se finalmente o criminoso. / O criminoso foi finalmente descoberto.
- (D) Viu-se um helicóptero voando a grande altura. / Um helicóptero tinha sido visto voando a grande altura.
- (E) Derrubavam-se paredes em dois minutos. / Paredes foram derrubadas em dois minutos.

6

Assinale a frase em que a palavra “coisa” foi substituída por um substantivo adequado.

- (A) A inveja é uma coisa desprezível. / vício
- (B) A falta de inteligência é uma coisa irremediável. / doença
- (C) A gula é uma coisa vergonhosa. / hábito
- (D) A humildade é uma coisa muito rara. / virtude
- (E) Essa estátua é uma coisa notável. / cópia

7

Assinale a afirmativa que contém um trecho adequadamente redigido, sem monotonia, exageros ou obscuridade.

- (A) Eu me havia atrasado muito. O trem ia sair de um momento para o outro. Tinha medo de perdê-lo. Corri até o guichê. Pedi uma passagem de primeira classe.
- (B) Ouvia-se o canto dos passarinhos no bosque, que, àquelas horas da manhã, em função do orvalho noturno, dava ao espírito uma sensação especial de frescura, o qual, unido à luz clara e ao céu azul e à brisa fresca, tornava prazeroso o passeio entre as árvores.
- (C) O mar estava sereno, tranquilo. Tive vontade de nadar. Coloquei o calção de banho. Aproximei-me da margem. Toquei na água. Estava fria. Mergulhei de cabeça. Estive nadando por uma hora.
- (D) O livro que comprei na livraria que visitei em Buenos Aires, que é uma capital esplendorosa e em que me diverti bastante, tinha o mesmo preço do que comprei aqui.
- (E) O homem caído em culpa infelizmente tende a persistir nela; e ser privado do testemunho da boa consciência aflige-o sem melhorá-lo.

8

As frases a seguir foram redigidas sem um elemento de ligação entre elas.

Assinale a opção em que foi proposto um conectivo adequado.

- (A) Passou meia hora sem poder entrar em casa; João pôde abrir a porta. / só então
- (B) O goleiro estava bem colocado; a bola fez uma volta estranha e entrou no ângulo esquerdo. / enquanto
- (C) Era um lugar esplêndido para pernoitar; havia telefone. / mas
- (D) A empregada, ao limpar o escritório, remexeu nos meus papéis; não pude encontrar mais nada. / conquanto
- (E) Aplique a injeção; você já é médico. / logo

9

Assinale a opção em que a oração sublinhada é explicativa e, **não**, restritiva.

- (A) Os homens que foram procurar lenha para o fogo estão reclamando seu pagamento.
- (B) Os alunos, que viviam afastados da cidade, chegaram tarde à escola.
- (C) Comemos a fruta que estava madura.
- (D) A menina, após uma semana, que te apresentei ontem, deseja saber mais sobre você.
- (E) O livro que me foi emprestado é muito interessante.

10

Todas as frases adversativas a seguir foram transformadas em frases concessivas, com a introdução correspondente dos conectores, **à exceção de uma**, em que a modificação se mostra **inadequada**. Assinale-a.

- (A) O restaurante é pequeno, mas sua cozinha é muito boa. / Embora sua cozinha seja excelente, o restaurante é pequeno.
- (B) Moramos na mesma rua, mas raramente nos encontramos. / Moramos na mesma rua, no entanto raramente nos vemos.
- (C) Meu avô já tem certa idade, mas desfruta de boa saúde. / Ainda que meu avô tenha certa idade, desfruta de boa saúde.
- (D) Eu vou te ajudar, mas é a última vez. / Eu vou te ajudar, conquanto seja a última vez.
- (E) Gostei do filme, mas é muito longo. / Gostei do filme, mesmo que seja muito longo.

Raciocínio Lógico

11

A faixa quadriculada a seguir é formada por linhas (horizontais) e colunas (verticais). As linhas são numeradas de baixo para cima e as colunas, da esquerda para a direita.

Os números naturais são escritos em sequência nesse quadriculado, mantendo o padrão de arrumação visível na faixa.

	4	5		11	12		
2	3	6	9	10	13	16	17
1		7	8		14	15	

Nessa faixa, o número 500 está:

- (A) na linha 2 e na coluna 214.
- (B) na linha 3 e na coluna 214.
- (C) na linha 1 e na coluna 215.
- (D) na linha 2 e na coluna 215.
- (E) na linha 3 e na coluna 215.

12

Uma cisterna tem capacidade de 7200 litros e está vazia. Uma bomba consegue jogar 100 litros de água na cisterna em, exatamente, 1 minuto e 20 segundos.

Trabalhando continuamente, o tempo que a bomba levará para encher completamente a cisterna é de:

- (A) 56 minutos.
- (B) 1 hora e 4 minutos.
- (C) 1 hora e 24 minutos.
- (D) 1 hora e 36 minutos.
- (E) 1 hora e 40 minutos.

13

Visitando certa cidade, João afirmou que:

“Todos os táxis desta cidade são brancos”.

A negação lógica da afirmação de João é:

- (A) Nenhum táxi desta cidade é branco.
- (B) Todos os táxis desta cidade são amarelos.
- (C) Os táxis desta cidade possuem diversas cores.
- (D) Pelo menos um táxi desta cidade é amarelo.
- (E) Pelo menos um táxi desta cidade não é branco.

14

Um produto para limpeza é constituído apenas pela mistura dos ingredientes líquidos A e B. Em um recipiente há 400 mL desse produto, dos quais 25% correspondem ao ingrediente A. Em seguida, adiciona-se ao recipiente uma certa quantidade do ingrediente A, de forma que o ingrediente A passou a representar 80% do volume total da mistura.

Nessas condições, a quantidade adicionada do ingrediente A em mililitros foi de:

- (A) 1200.
- (B) 1100.
- (C) 900.
- (D) 800.
- (E) 600.

15

Nas 24 gavetas de um arquivo, estão guardadas 83 pastas. Algumas gavetas contêm 5 pastas cada uma, outras contêm 7 pastas cada uma e as demais estão vazias.

O número máximo de gavetas vazias é:

- (A) 7.
- (B) 8.
- (C) 9.
- (D) 10.
- (E) 11.

Noções de Análise de Dados e Inteligência Artificial

16

Atualmente, diversos provedores oferecem serviços de armazenamento em nuvem, permitindo guardar grandes volumes de dados em servidores remotos acessíveis pela internet. Com isso, os analistas da prefeitura poderão guardar arquivos, documentos, fotos, vídeos e mapas, e acessá-los de qualquer dispositivo conectado à internet.

Considerando vantagens e desvantagens desse tipo de armazenamento, analise as afirmativas a seguir.

- I. Os provedores de armazenamento em nuvem utilizam tecnologias e práticas de segurança atualizadas, mas incidentes de violação podem ocorrer gerando riscos aos dados da Prefeitura.
- II. O envio e o recebimento de dados na nuvem podem sofrer atrasos, resultando em congestionamento do tráfego de dados, especialmente quando a conexão à internet é pública ou compartilhada, afetando a velocidade de acesso.
- III. O armazenamento em nuvem contribui para a continuidade dos processos da prefeitura em caso de desastres naturais ou falhas que impeçam o acesso às instalações físicas.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, II e III.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) II, apenas.

17

Um analista da procuradoria sabe que existem muitas ameaças à segurança da informação e que elas não se limitam ao ambiente digital. Ele reconhece que pequenos hábitos e boas práticas no local de trabalho são fundamentais para reduzir riscos de acesso não autorizado, perda ou danos a informações expostas em mesas, telas e outros espaços acessíveis.

Com relação aos conceitos da segurança da informação e à importância da política de mesa limpa e tela limpa, analise as afirmativas a seguir.

- I. A integridade refere-se à garantia de as informações não serem alteradas, seja por agentes internos ou externos. Isso representa que a modificação das informações, maliciosa ou não intencional, prejudica a confiabilidade nos processos de procuradoria ou, até mesmo, de sua reputação. Portanto, é recomendado desligar os computadores quando não estiverem em uso ou desassistidos, em especial aqueles conectados na rede de dados da procuradoria.
- II. A disponibilidade garante que uma informação esteja disponível a todo momento àqueles que são autorizados. Esse conceito depende diretamente da confidencialidade para atuar de forma correta. Portanto, é recomendado usar protetores de tela ativados por tempo e protegidos por senha, ou outros mecanismos de autenticação quando os computadores não estiverem em uso ou desassistidos.
- III. A confidencialidade está ligada diretamente à privacidade dos dados. Nesse contexto, são englobadas todas as medidas que restringem o acesso a informações, a fim de evitar acessos não autorizados, espionagem e roubo de dados. Portanto, é recomendado posicionar os computadores de forma a evitar que pessoas não autorizadas consigam visualizar o conteúdo das telas e impressoras.

Está correto o que se afirma em:

- (A) II e III, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) II, apenas.
- (E) I, II e III.

18

Uma equipe de trabalho do setor de comunicação da procuradoria utiliza o *Google Workspace* para suas atividades diárias, que incluem a criação e a edição de documentos, o compartilhamento de arquivos e a comunicação online. A equipe precisa realizar uma reunião virtual para colaborar em um projeto de interesse municipal.

A ferramenta do *Google Workspace* a ser utilizada chama-se:

- (A) *Teams*, pois é uma plataforma de comunicação e colaboração para equipes de trabalho, sejam elas corporativas ou educacionais. Ela funciona como um *hub* central que permite conectar nativamente com ferramentas como Documentos, *Gmail* e Planilhas do *Google*.
- (B) *Classroom*, pois é um dos serviços de videoconferência mais populares do mundo. Muito conhecido por sua simplicidade e facilidade de uso, especialmente durante o aumento do trabalho e estudo remotos e pode se conectar com o calendário do *Google*.
- (C) *WireCast*, pois é um mensageiro instantâneo, mas com recursos avançados, que substitui o *Gmail* e *GTalk* para a maior parte das conversas internas da procuradoria.
- (D) *Meet*, pois é um recurso que permite gravar as reuniões para que membros da equipe que não puderam participar possam assistir depois.
- (E) *Trello*, pois é uma ferramenta de comunicação e gestão e organização de tarefas da agenda do *Google* que funciona com a lógica de quadros, listas e cartões para ajudar indivíduos e equipes a visualizar o fluxo de trabalho.

19

Um analista necessita criar uma macro em uma planilha do *Google* para multiplicar os conteúdos das células das colunas A e B, exibindo os resultados na coluna C.

Considere que já existe uma planilha aberta em uma aba do navegador *Google Chrome* de acordo com a imagem a seguir.

	A	B	C
1	100	2	
2	200	2	
3	300	2	
4			

Nesse contexto, avalie se as ações necessárias para a criação da macro estão corretas.

- I. Na barra de menu, clicar em “Automação”, selecionar “Macros” e, em seguida, “Gravar macro” para criar o *template* do seu código-fonte em disco, que poderá ser compartilhado com outras planilhas.
- II. Na parte inferior da tela, escolher o tipo de referência de células que a macro usará:
 - referências absolutas: ao aplicar, a macro realizará as tarefas na localização exata da célula que foi selecionada;
 - referências relativas: ao aplicar, a macro realizará as tarefas nas células com seleção ativa.
- III. Definir as tarefas que se deseja gravar e, ao terminar, clicar em “Criar”.
- IV. Por fim, nomear a macro e, opcionalmente, criar um atalho personalizado, e confirmar em “Salvar” para atualizar o *template* do código-fonte, ou “Compartilhar” o código-fonte com outros usuários que tenham permissão e edição.

Está correto o que afirma em:

- (A) II, III e IV, apenas.
 (B) I, II e III, apenas.
 (C) II e III, apenas.
 (D) I e IV, apenas.
 (E) I e II, apenas.

20

As redes neurais são modelos de aprendizado de máquina e podem ser classificadas em diferentes tipos, sendo usadas para distintos propósitos.

O tipo de redes neurais que são bem-sucedidas no reconhecimento de imagens, reconhecimento de padrões e visão computacional são denominadas de redes:

- (A) neurais recorrentes.
 (B) neurais convolucionais.
 (C) de algoritmos genéricos.
 (D) de processamento de linguagem natural.
 (E) evolucionárias de processamento discricional.

Administração Pública

21

Nas últimas décadas, o Estado brasileiro tem buscado incorporar mecanismos participativos ao processo de formulação e implementação de políticas públicas. Archon Fung propôs o modelo analítico conhecido como *Democracy Cube*, que descreve processos participativos com base em três dimensões principais: acessibilidade, grau de influência e tipo de interação.

Considerando o modelo do *Democracy Cube* e sua aplicação à análise de experiências participativas no Estado brasileiro contemporâneo, é correto afirmar que:

- (A) a participação digital, por sua natureza aberta e massiva, sempre se situa no nível mais alto dos três eixos do cubo da democracia.
- (B) o modelo parte da premissa de que ampliar o número de participantes garante, por si só, maior grau de influência nas decisões públicas.
- (C) o eixo relativo ao tipo de interação é periférico, quando a política pública já está previamente formulada por especialistas e técnicos.
- (D) audiências públicas com poder consultivo e convocação restrita exemplificam processos com alta acessibilidade, forte vínculo decisório e interação deliberativa.
- (E) conselhos gestores com composição paritária e poder normativo alto tendem a apresentar graus elevados de acessibilidade e de influência no processo decisório.

22

No Brasil e em outros países, a evolução dos modelos de gestão pública revela diferentes enfoques quanto ao papel do Estado e à forma de prestação dos serviços públicos, inserindo-se em um movimento mais amplo de reforma estatal.

Com base nos modelos de gestão da administração pública historicamente adotados no Brasil, assinale a afirmativa que apresenta corretamente a caracterização de um desses modelos.

- (A) O modelo burocrático caracteriza-se pela flexibilidade administrativa e pela descentralização de decisões, duas estratégias eficazes para enfrentar problemas relacionados à corrupção e ao uso abusivo do poder político, de um lado, e à incompetência operacional e ao desperdício de recursos públicos que a acompanha, de outro.
- (B) O modelo patrimonialista, que remonta aos anos 1930, estando vigente até os anos 1990, tem como marco inicial a criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), no Estado Novo, e introduziu os princípios da valorização do mérito e da impessoalidade como fundamentos da administração pública.
- (C) O modelo gerencial propõe a incorporação de práticas do setor privado para aumentar a eficiência dos serviços públicos e, conseqüentemente, é baseado em competição com foco em resultados.
- (D) A Reforma do Estado nos anos 1990 reforçou o modelo patrimonialista como referência para a administração pública moderna, introduzindo novos princípios estruturais da administração pública: planejamento, coordenação, descentralização, delegação de competências e controle.
- (E) A Nova Gestão Pública, fundamentada na ideia de ordenamento e dominação legitimada pela existência de normas, defende que a eficácia do serviço público deve ser medida por indicadores racionais e internos da administração.

23

O conceito de *accountability* está relacionado à obrigação dos governantes e agentes públicos de prestar contas à sociedade. A *accountability* está intimamente vinculada aos princípios republicanos, à separação de poderes e à atuação de instituições de controle e fiscalização.

Nesse sentido, a *accountability* requer que:

- (A) os ocupantes de funções públicas definam livremente os critérios pelos quais devem ser avaliados.
- (B) os governantes respondam à sociedade com base em regras legais, controles institucionais e princípios democráticos.
- (C) o dever de prestar contas seja definido como o cumprimento de metas técnicas pactuadas entre agências governamentais.
- (D) os parâmetros de avaliação dos governantes sejam estabelecidos de acordo com decisões administrativas internas.
- (E) a responsabilização dos agentes públicos se limite àqueles casos em que fique provado dolo ou culpa grave.

24

A agenda da gestão pública contemporânea tem atribuído centralidade ao desempenho e à geração de resultados, exigindo mais responsabilidade dos gestores e a adoção de mecanismos de planejamento, monitoramento e avaliação.

À luz desse modelo de gestão por resultados, um dos seus principais elementos é:

- (A) a concentração das decisões estratégicas, no nível central da administração pública federal.
- (B) a utilização de metas financeiras como indicador prioritário para avaliar o desempenho das políticas públicas.
- (C) a elaboração do orçamento público com base em critérios históricos e rotineiros, sem a obrigatoriedade de revisão periódica.
- (D) o uso de indicadores e sistemas de monitoramento para orientar decisões, mensurar impactos e corrigir desvios.
- (E) a manutenção da rigidez administrativa como forma de garantir controle absoluto sobre os recursos públicos.

25

A avaliação de políticas públicas é um processo essencial para o aprimoramento da ação governamental e a alocação eficiente dos recursos públicos. Para tanto, são utilizados diferentes critérios, que permitem aferir desde o uso dos recursos (*inputs*) até os impactos sociais gerados (*outcomes*).

Assinale a afirmativa que descreve corretamente um desses critérios.

- (A) A efetividade corresponde aos resultados sociais (*outcomes*) com a redução do problema e a geração de valor público.
- (B) A eficácia está relacionada à conformidade da execução com normas e procedimentos administrativos pré-estabelecidos.
- (C) A economicidade mede a capacidade da política pública de alcançar metas sociais definidas com o menor custo possível.
- (D) A eficiência administrativa corresponde à relação entre os recursos empregados e os produtos gerados por uma intervenção governamental.
- (E) A equidade busca assegurar uma distribuição proporcional de benefícios entre os diferentes grupos sociais ao prescindir das condições iniciais dos beneficiários.

Legislação Municipal e Ética do Servidor

26

João, autoridade máxima do órgão público *Alfa*, no âmbito da estrutura organizacional do Município do Rio de Janeiro, está se preparando para cumprir as determinações que constam da Lei de Acesso à Informação.

Considerando a narrativa e as disposições da Lei nº 12.527/2011, avalie os itens a seguir quanto à obrigatoriedade de sua publicação.

- I. Rol das informações que tenham sido desclassificadas nos últimos doze meses.
- II. Rol de documentos classificados em cada grau de sigilo, com identificação para referência futura.
- III. Relatório estatístico contendo a quantidade de pedidos de informação recebidos, atendidos e indeferidos, bem como informações específicas contendo, pelo menos, o nome e a profissão dos solicitantes.

Nesse cenário, João, na qualidade de autoridade máxima do órgão *Alfa*, publicará anualmente, em sítio eletrônico oficial, a(s) informação(ões) indicada(s) em:

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, II e III.

27

Eduardo, servidor público do Município do Rio de Janeiro, pretende apresentar, perante a administração pública, determinado requerimento. Em consulta à legislação de regência, o referido agente público constatou que é assegurado ao funcionário o direito de petição em toda a sua amplitude, assim como o de representar.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei Municipal nº 94/1979 (Estatuto dos Funcionários Públicos do Poder Executivo do Município do Rio de Janeiro), analise as afirmativas a seguir.

- I. O requerimento será dirigido à autoridade competente para apreciá-lo e terá solução dentro do prazo de trinta dias, salvo em casos que obriguem a realização de diligência ou estudo especial.
- II. Da decisão que for prolatada caberá, sempre, pedido de reconsideração, sendo vedada a sua renovação.
- III. O direito de pleitear na esfera administrativa prescreverá em cinco anos.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

28

A representação judicial e a consultoria jurídica do Município, ressalvadas as competências da Procuradoria-Geral da Câmara Municipal, são exercidas pelos Procuradores do Município, membros da Procuradoria-Geral, instituição essencial à Justiça, diretamente vinculada ao Prefeito, com funções, como órgão central do sistema jurídico municipal, de supervisionar os serviços jurídicos da administração direta, indireta e fundacional no âmbito do Poder Executivo.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, é **incorreto** afirmar que:

- (A) os Procuradores do Município, com iguais direitos e deveres, são organizados em carreira na qual o ingresso depende de concurso público de provas e títulos realizado pela Procuradoria-Geral do Município, assegurada em sua organização a participação da Ordem dos Advogados do Brasil, observados os requisitos estabelecidos em lei complementar.
- (B) a Procuradoria-Geral oficiará obrigatoriamente no controle interno da legalidade dos atos do Poder Executivo e exercerá a defesa dos interesses legítimos do Município, incluídos os de natureza financeiro-orçamentária, sem prejuízo das atribuições do Ministério Público do Estado e da Procuradoria Especial do Tribunal de Contas do Município.
- (C) é vedado à Procuradoria-Geral do Município patrocinar medidas judiciais tendentes a promover a aquisição de área urbana no Município onde se configurem as condições objetivas para usucapião coletivo.
- (D) o exercício de cargos comissionados na Procuradoria-Geral do Município, excetuados aqueles dos serviços de apoio, é privativo de Procuradores do Município.
- (E) a Procuradoria-Geral do Município prestará qualquer informação dos dados que dispuser a qualquer do povo que o requerer.

29

Caio e João, servidores públicos civis do Município *Alfa*, Estado do Rio de Janeiro, agindo com dolo, permitiram que Matheus, empresário, utilizasse bens móveis integrantes do acervo patrimonial da municipalidade, em obra particular, sem a observância das formalidades legais e regulamentares aplicáveis à espécie. Registre-se, ainda, que Matheus concorreu dolosamente para a conduta perpetrada pelos agentes públicos.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 8.429/1992, assinale a afirmativa correta.

- (A) Caio e João responderão pela prática de ato doloso de improbidade administrativa, sendo certo que a condenação ocorrerá no limite da participação e dos benefícios diretos, vedada qualquer solidariedade. Por outro lado, Matheus, por não ser agente público, não pode responder por improbidade administrativa.
- (B) Caio, João e Matheus responderão pela prática de ato doloso de improbidade administrativa, sendo certo que a condenação ocorrerá no limite da participação e dos benefícios diretos, vedada qualquer solidariedade.
- (C) Caio, João e Matheus responderão, solidariamente, pela prática de ato doloso de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário e que importa enriquecimento ilícito.
- (D) Caio, João e Matheus responderão pela prática de ato doloso de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública.
- (E) Caio, João e Matheus responderão, solidariamente, pela prática de ato doloso de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário.

30

Cláudia, servidora pública civil no Município do Rio de Janeiro, foi indicada para integrar comissão processante de processo administrativo disciplinar. Com efeito, com o objetivo de atuar em conformidade com o princípio da eficiência, Cláudia se aprofundou no estudo da temática afeta ao regime disciplinar e às punições administrativas.

Nesse cenário, considerando as disposições do Estatuto dos Funcionários Públicos do Município do Poder Executivo do Rio de Janeiro (Lei Municipal nº 94/1979), avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para verdadeira e (F) para falsa.

- () Caberá pena de repreensão, aplicada por escrito ou oralmente, nos casos de desobediência ou descumprimento dos deveres.
- () Caberá pena de suspensão, que poderá ser convertida em multa, por iniciativa do chefe imediato do servidor, quando houver conveniência para o serviço, na base de sessenta por cento por dia de vencimento, obrigando, nesse caso, o servidor a permanecer em exercício.
- () Caberá pena de demissão, aplicada nos casos de insubordinação grave em serviço.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F – F – F.
- (B) F – F – V.
- (C) V – V – F.
- (D) V – V – V.
- (E) F – V – F.

Conhecimentos Específicos

Direito Constitucional

31

A Secretaria de Finanças do Município *Delta*, ao elaborar a proposta orçamentária anual concernente ao próximo exercício financeiro, a ser encaminhada pelo Prefeito à Câmara Municipal, foi comunicada pelo Secretário de Saúde que a execução de determinado projeto se estenderia por dois exercícios financeiros, logo, a previsão das despesas do segundo exercício também poderia constar da referida proposta.

Ao analisar a comunicação do Secretário de Saúde, o congêneres de Finanças concluiu corretamente, em relação às despesas do segundo exercício, que:

- (A) a *sedes materiae* é apenas o plano plurianual, não a lei orçamentária anual.
- (B) é obrigatória a sua inserção no plano plurianual, na lei de diretrizes orçamentárias e na lei orçamentária anual.
- (C) é permitida a sua inserção na lei orçamentária anual, com a especificação dos investimentos plurianuais e daqueles em andamento.
- (D) a *sedes materiae*, considerando que se trata de despesa subsequente ao exercício a que se refere a proposta, é apenas o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias.
- (E) a lei orçamentária anual somente comporta despesas concernentes ao respectivo exercício financeiro, sendo que, na situação descrita, as despesas referidas pelo Secretário de Saúde figurarão como restos a pagar.

32

Após uma década de vigência da Constituição do Estado *Alfa*, que buscou amparar em seu texto diversas ideologias do ambiente sociopolítico, não raro divergentes entre si, a exemplo dos pensamentos liberal e social, constatou-se que os seus aspectos sistêmicos vinham sendo solenemente ignorados pelas estruturas estatais de poder, que criaram procedimentos paralelos para reger sua atuação, inclusive nas relações com a pessoa humana.

A Constituição do Estado *Alfa* pode ser classificada como:

- (A) plena e sistemática.
- (B) cesarista e ortodoxa.
- (C) axiológica e normativa.
- (D) semântica e dogmática.
- (E) nominal e compromissória.

33

A Emenda Constitucional X alterou o Art. Y da Constituição da República, passando a consagrar um direito fundamental de primeira dimensão, tendo feito menção aos beneficiários em potencial em norma de aplicabilidade imediata e eficácia contida. Maria, que figurava no rol de beneficiários em potencial, tinha dúvidas em relação aos efeitos de uma futura lei quanto à forma de projeção do referido direito na realidade.

Ao consultar um especialista, foi corretamente esclarecido à Maria ser argumentativamente defensável que:

- (A) ela pode ser excluída do rol de beneficiários.
- (B) o direito somente pode ser fruído após a edição da lei.
- (C) a lei não pode afetar o conteúdo essencial do direito ou o rol de beneficiários.
- (D) a fruição do direito pode ser condicionada à indicação da fonte de custeio, não podendo ter o seu alcance reduzido pela lei.
- (E) a fruição do direito pode ser condicionada, pela lei, à criação das estruturas orgânicas que irão possibilitar a sua projeção na realidade.

34

Em determinado processo administrativo em tramitação no âmbito da Procuradoria-Geral do Município *Alfa*, foi defendido que, ao realizar a atividade intelectual voltada à atribuição de significados aos significantes interpretados, constantes do texto constitucional, o intérprete deve utilizar a metódica estruturante, o que permitiria a obtenção, no caso concreto, do que foi figurativamente denominado, no âmbito do referido órgão, de "justo contemporâneo".

É correto afirmar que, de acordo com esses argumentos,

- (A) o intérprete desenvolve uma atividade essencialmente cognoscitiva, não decisória.
- (B) a resolução das conflitualidades intrínsecas, no curso do processo de interpretação, não se estende ao plano linguístico.
- (C) as concepções originalistas, em razão do seu fundacionalismo, não devem direcionar a atividade interpretativa.
- (D) a mutação constitucional é fruto do processo de interpretação, mas não a declaração de nulidade sem redução de texto.
- (E) em razão das oscilações do âmbito da norma, não se deve considerá-lo no processo de interpretação, sob pena de esvaziamento da segurança jurídica.

35

Um grupo de 25 (vinte e cinco) Senadores apresentou proposta de emenda constitucional (PEC) dispondo sobre a adoção do voto indireto na eleição dos Deputados Distritais, argumentando-se sobre a necessidade de ser estabelecida uma paridade com a escolha do Chefe do Poder Executivo. Acresça-se que, durante toda a tramitação da proposta, havia uma tensão, na região de fronteira, com a possibilidade de agressão armada estrangeira. Apesar disso, a proposta foi aprovada pelo voto de dois terços dos membros de cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos de votação. Ao final, foi promulgada pela Mesa do Congresso Nacional, daí resultando a Emenda Constitucional nº X.

Considerando os balizamentos estabelecidos pela ordem constitucional, é correto afirmar que:

- (A) não foram afrontados os limites de reforma constitucional.
- (B) somente há vício de iniciativa e afronta a limite material de reforma constitucional.
- (C) somente há afronta a limites materiais e circunstanciais de reforma constitucional.
- (D) somente há afronta a limites circunstanciais de reforma constitucional e vício na promulgação.
- (E) somente há vício de iniciativa e afronta a limites materiais e circunstanciais de reforma constitucional.

36

O Município *Alfa* alterou a sua lei orgânica, o que foi fruto de críticas de diversos segmentos do ambiente sociopolítico. Nesse contexto, um legitimado para a deflagração do controle concentrado de constitucionalidade perante o Tribunal de Justiça (TJ) ajuizou representação de inconstitucionalidade tendo por objeto a referida alteração. De acordo com o legitimado, foi violado o Art. X da Constituição da República.

Após receber as informações de estilo e colher a manifestação do Ministério Público Estadual e da Procuradoria-Geral do Estado, o relator apreciou o pedido de medida cautelar e observou corretamente que:

- (A) a competência para apreciar a ação é do Supremo Tribunal Federal, tribunal para o qual devem ser remetidos os autos.
- (B) o TJ pode apreciar a ação caso o Art. X seja norma de reprodução obrigatória, ainda que não tenha sido efetivamente reproduzido na Constituição Estadual.
- (C) o TJ pode apreciar a ação, considerando a sociedade aberta dos intérpretes da Constituição, quer o Art. X seja norma de reprodução obrigatória na Constituição Estadual, quer não.
- (D) o TJ não pode apreciar a ação, considerando que o paradigma de confronto que utiliza, em sede de controle concentrado de constitucionalidade, é exclusivamente a Constituição Estadual.
- (E) o TJ pode apreciar a ação, pois a Constituição Estadual deve espelhar a Constituição da República, logo, a utilização dessa última como paradigma evidencia, em última *ratio*, a utilização daquela.

37

A Procuradoria-Geral do Município *Sigma* recebeu consulta formulada pelo Secretário Municipal de Saúde solicitando que fossem esclarecidos, na perspectiva da Constituição da República, o percentual e a base de cálculo a serem utilizados para a identificação dos recursos mínimos a serem obrigatoriamente aplicados em ações e serviços públicos de saúde.

Em seu parecer, o Procurador-Geral do Município *Sigma* observou corretamente que:

- (A) o percentual e a base de cálculo devem ser previstos em lei de *Sigma*.
- (B) o percentual e a base de cálculo estão previstos na ordem constitucional.
- (C) o percentual e a base de cálculo devem ser definidos em lei complementar nacional.
- (D) o percentual deve ser definido em lei complementar nacional, e a base de cálculo está prevista na ordem constitucional.
- (E) o percentual deve ser previsto em lei de *Sigma*, utilizando-se, na sua falta, o percentual constitucional de referência, e a base de cálculo é a prevista em lei complementar nacional.

38

A Constituição do Estado *Delta*, após reforma aprovada pela Assembleia Legislativa no último exercício, passou a dispor que a criação de entes da administração pública indireta, nos âmbitos estadual e municipal, pressupõe que a dívida pública consolidada do respectivo ente federativo esteja situada em patamares inferiores à arrecadação projetada para o decênio subsequente. A reforma foi muito contestada por diversos Prefeitos Municipais, que argumentavam com a sua desconformidade constitucional.

Na situação descrita, é correto afirmar que:

- (A) as restrições à autonomia municipal devem ser veiculadas em lei complementar nacional, não na Constituição Estadual.
- (B) por força da simetria constitucional, principiando no plano federal e avançando para o estadual, os municípios estão vinculados à referida restrição.
- (C) apesar da simetria constitucional, a Constituição do Estado *Delta* não pode restringir a autonomia dos municípios, sendo dissonante da Constituição da República.
- (D) a restrição introduzida pela reforma à Constituição Estadual deve ser reproduzida na lei orgânica de cada município, que figura como norma interposta, devendo ser observada após essa reprodução.
- (E) a simetria constitucional somente deve ser observada em relação às normas afetas ao processo legislativo, logo, a Constituição Estadual não poderia ingressar na temática referida na narrativa.

39

Determinado ente federativo editou a Lei nº X, de iniciativa parlamentar, que dispôs sobre os contornos básicos de certa política pública de viés prestacional, de modo que, uma vez implementada, resultaria em aumento da despesa pública, além de estatuir que o Chefe do Poder Executivo deveria regulamentá-la.

Considerando os balizamentos estabelecidos pela Constituição da República, é correto afirmar que:

- (A) a temática deveria ser disciplinada em lei complementar.
- (B) a iniciativa para o projeto de lei era privativa do Chefe do Poder Executivo, por aumentar a despesa pública.
- (C) a determinação de que o Chefe do Poder Executivo regulamente a Lei nº X afronta a separação dos poderes.
- (D) a iniciativa para o projeto de lei era privativa do Chefe do Poder Executivo, por versar sobre atribuições dos órgãos administrativos.
- (E) a Lei nº X não apresenta vício de iniciativa e, ao determinar que o Poder Executivo a regulamente, não afronta a separação dos poderes.

40

No último ano, Maria foi aprovada em concurso público de provas para o provimento de emprego público no âmbito da sociedade de economia mista *Beta*, integrada à administração pública indireta do Município *Alfa* e que explora atividade econômica em sentido estrito. Após tomar posse, tendo sua relação jurídica com *Beta* regida pela Consolidação das Leis do Trabalho, Maria cogitou ingressar com ação judicial com o objetivo de discutir sua posição classificatória no referido concurso, o que decorria de divergências quanto à interpretação do respectivo edital.

Considerando a sistemática constitucional de divisão de competências, é correto afirmar que a competência para processar e julgar a ação é da:

- (A) Justiça Comum, o que decorre do fato de a demanda estar associada à fase pré-contratual.
- (B) Justiça do Trabalho, o que decorre do fato de *Beta* explorar atividade econômica em sentido estrito.
- (C) Justiça Comum, o que decorre do só fato de a demanda ser ajuizada em face de ente da administração pública de *Alfa*.
- (D) Justiça do Trabalho, o que decorre do só fato de a demanda ser ajuizada em face de ente da administração pública indireta de *Alfa*.
- (E) Justiça do Trabalho, o que decorre do fato de a relação jurídica de Maria ser regida pela Consolidação das Leis do Trabalho.

41

Em duas regiões do país, contíguas entre si, foi detectada a atuação orquestrada de grupos políticos de ideologia extremada com o objetivo de desestabilizar as instituições e promover uma ruptura com o regime político vigente. Essa atuação se estendia desde a interrupção do fornecimento de água e energia até a realização de ataques violentos contra as próprias forças de segurança. Em razão da gravidade do quadro, lideranças políticas nacionais iniciaram um debate público em relação à possível decretação de uma medida constitucional de defesa do Estado e das Instituições Democráticas.

Ao fim do debate, concluiu-se corretamente ser cabível:

- (A) apenas a decretação do estado de sítio, durante o qual é cabível medida que imponha a obrigação de permanência em localidade determinada.
- (B) a decretação da intervenção federal, do estado de defesa ou do estado de sítio, no qual é possível a restrição de direitos fundamentais.
- (C) apenas a decretação da intervenção federal e do estado de defesa, sendo que a apreciação do respectivo decreto, pelo Congresso Nacional, ocorrerá *a posteriori*.
- (D) apenas a decretação do estado de defesa, durante o qual é vedada a medida de incomunicabilidade do preso, mas é permitida a restrição ao sigilo de comunicação telefônica.
- (E) a decretação do estado de defesa ou do estado de sítio, distinguindo-se entre si em relação à extensão das medidas de restrição e ao momento de apreciação do respectivo decreto pelo Congresso Nacional.

42

A Secretaria de Finanças do Município *Alfa* consultou a Procuradoria-Geral do Município em relação à titularidade dos valores arrecadados com o desconto do imposto sobre a renda e os proventos de qualquer natureza incidente na fonte sobre os pagamentos realizados a qualquer título por órgãos e entes da administração pública direta e indireta a pessoas naturais e jurídicas.

A Procuradoria-Geral do Município respondeu corretamente que:

- (A) por se tratar de imposto de competência da União, os valores arrecadados pertencem a esse ente federativo.
- (B) por se tratar de imposto de competência compartilhada entre os entes federativos, os valores arrecadados pertencem a *Alfa*.
- (C) tanto os valores arrecadados com os pagamentos realizados a pessoas jurídicas como aqueles decorrentes de pagamentos realizados a pessoas naturais pertencem a *Alfa*.
- (D) os valores arrecadados com os pagamentos realizados a pessoas jurídicas pertencem a *Alfa*, enquanto aqueles concernentes a pessoas naturais pertencem à União.
- (E) os valores arrecadados com os pagamentos realizados a pessoas naturais pertencem a *Alfa*, enquanto aqueles concernentes a pessoas jurídicas pertencem à União.

Direito Administrativo

43

Após tomar posse no cargo de analista, no âmbito da Procuradoria do Município, Caio resolveu atribuir maior destaque ao estudo do Plano Diretor da cidade do Rio de Janeiro. O referido agente público constatou que o Plano Diretor do Município do Rio de Janeiro dispõe de diversas diretrizes da política urbana.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei Complementar Municipal nº 270/2024, é diretriz da política urbana o(a):

- (A) redução do déficit habitacional do Município, promovendo o cumprimento da função social da cidade e da propriedade urbana, ampliando o acesso à moradia digna e segura e à terra urbana, em áreas dotadas de infraestrutura, transporte público, equipamentos públicos de educação, saúde, lazer e mercado de trabalho, priorizando a população em situação de vulnerabilidade social.
- (B) garantia da proteção do patrimônio natural da cidade, entendido como áreas de preservação permanente, unidades de conservação da natureza, áreas de proteção dos mananciais hídricos superficiais e subterrâneos e da biodiversidade, condicionando a ocupação urbana à preservação das florestas e demais áreas com cobertura vegetal.
- (C) garantia da equidade social e territorial de direitos e oportunidades a todos os moradores da cidade, independentemente de idade, sexo, raça, cor, etnia, religião, nacionalidade, classe social, posicionamento político, deficiência física, sensorial, intelectual e mental e biopsicossocial.
- (D) desestímulo à ocupação de áreas periféricas e daquelas com ocupação rarefeita, visando à contenção do espraiamento da malha urbana, priorizando a ocupação de áreas vazias, ociosas e subutilizadas no tecido urbano consolidado, respeitadas as áreas verdes públicas existentes e projetadas.
- (E) contribuição, mediante o ordenamento territorial, para a ampliação da produção, transformação e distribuição de alimentos na cidade visando à segurança alimentar da população.

44

Caio e Lucas, sócios da sociedade empresária *Alfa*, passaram a analisar os contornos da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, em especial no que se refere às modalidades de licitação. Isso porque eles pretendem se preparar para potenciais editais que podem ser publicados, em breve, pelo Município do Rio de Janeiro, visando à celebração de contratos administrativos.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, analise as afirmativas a seguir.

- I. O diálogo competitivo é a modalidade de licitação para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, cujo critério de julgamento será o de melhor técnica ou conteúdo artístico, e para concessão de prêmio ou remuneração ao vencedor.
- II. O leilão é a modalidade de licitação para alienação de bens imóveis ou de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos a quem oferecer o maior lance.
- III. A concorrência é a modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

45

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro deflagrou inquérito civil para apurar suposto ato doloso de improbidade administrativa que causou prejuízo ao erário, perpetrado por João, servidor público municipal.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 8.429/1992, é correto afirmar que João:

- (A) descumpriu as normas relativas à celebração, fiscalização e aprovação de contas de parcerias firmadas pela administração pública com entidades privadas.
- (B) permitiu que se chegasse ao conhecimento de terceiro, antes da respectiva divulgação oficial, teor de medida política capaz de afetar o preço de mercadoria.
- (C) celebrou contrato que tem por objeto a prestação de serviços públicos por meio da gestão associada, sem observar as formalidades previstas na lei.
- (D) deixou de prestar contas, embora estivesse obrigado a fazê-lo e dispusesse das condições para isso, com vistas a ocultar irregularidades.
- (E) frustrou, em ofensa à imparcialidade, o caráter concorrencial de concurso público, com vistas à obtenção de benefício próprio direto.

46

Após ser aprovada em um concurso público de provas e títulos, Maria tomou posse e passou a exercer as suas funções junto à empresa pública XYZ, no Município do Rio de Janeiro.

Nesse cenário, considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominantes, é correto afirmar que a empresa pública XYZ é uma pessoa jurídica de direito:

- (A) privado, integrante da Administração Indireta, manifestando-se por meio da técnica da descentralização administrativa.
- (B) privado, integrante da Administração Indireta, manifestando-se por meio da técnica da desconcentração administrativa.
- (C) público, integrante da Administração Indireta, manifestando-se por meio da técnica da desconcentração administrativa.
- (D) público, integrante da Administração Direta, manifestando-se por meio da técnica da descentralização administrativa.
- (E) público, integrante da Administração Direta, manifestando-se por meio da técnica da desconcentração administrativa.

47

Caio, analista no âmbito da Procuradoria do Município do Rio de Janeiro, foi instado, pelo seu superior hierárquico, a confeccionar minuta de parecer sobre os contratos de gestão firmados entre o Poder Público e as organizações sociais, devendo conferir especial atenção aos regramentos aplicáveis à cessão de servidores e à destinação de recursos orçamentários e bens públicos às entidades privadas. Caio concluiu que as organizações sociais poderão ser destinatárias de recursos orçamentários e bens públicos necessários ao cumprimento do contrato de gestão. Ademais, é facultado ao Poder Executivo a cessão especial de servidor para as organizações sociais, com ônus para a origem.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 9.637/1998, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para verdadeira e (F) para falsa.

- () São assegurados às organizações sociais os créditos previstos no orçamento e as respectivas liberações financeiras, de acordo com o cronograma de desembolso previsto no contrato de gestão.
- () Poderá ser adicionada aos créditos orçamentários destinados ao custeio do contrato de gestão parcela de recursos para compensar desligamento de servidor cedido, desde que haja justificativa expressa da necessidade pela organização social.
- () Serão destinados às organizações sociais os bens públicos, dispensada licitação, mediante permissão de uso, consoante cláusula expressa do contrato de gestão.

As afirmativas são, segundo a ordem apresentada,

- (A) V – V – V.
- (B) V – V – F.
- (C) F – V – F.
- (D) F – F – V.
- (E) V – F – V.

48

Ricardo, cidadão carioca, maior e capaz, apresentou petição junto à Secretaria Alfa, buscando assegurar o conhecimento de informações relativas à sua pessoa, constantes de um banco de dados mantido pelo referido órgão público. Contudo, muito embora não existisse qualquer motivo para o sigilo, o pedido de Ricardo foi indeferido.

Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, é correto afirmar que Ricardo, para assegurar o conhecimento de informações relativas à sua pessoa, poderá impetrar:

- (A) mandado de injunção.
- (B) ação civil pública.
- (C) *habeas corpus*.
- (D) ação popular.
- (E) *habeas data*.

49

Nos termos da Lei de Acesso à Informação, é dever do Estado controlar o acesso e a divulgação de informações sigilosas produzidas por seus órgãos e entidades, assegurando a sua proteção.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei nº 12.527/2011, analise as afirmativas a seguir.

- I. O acesso, a divulgação e o tratamento de informação classificada como sigilosa ficarão restritos a pessoas que tenham necessidade de conhecê-la e que sejam devidamente credenciadas na forma da lei.
- II. O acesso à informação classificada como sigilosa cria a obrigação, para aquele que a obteve, de resguardar o sigilo.
- III. Lei específica disporá sobre procedimentos e medidas a serem adotados para o tratamento de informação sigilosa, de modo a protegê-la contra perda, alteração indevida, acesso, transmissão e divulgação não autorizados.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

50

O Município do Rio de Janeiro foi o anfitrião de encontro realizado, na sede da Prefeitura, sobre a importância do meio ambiente ecologicamente equilibrado, verdadeiro direito fundamental de terceira dimensão. Durante o evento, discutiu-se, inclusive, a importância da Lagoa Rodrigo de Freitas, localizada na Zona Sul da referida municipalidade.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Civil, é correto afirmar que a Lagoa Rodrigo de Freitas.

- (A) é um bem público de uso comum do povo. Por sua vez, a sede da Prefeitura é um bem público de uso especial.
- (B) é um bem público de uso comum do povo. Por sua vez, a sede da Prefeitura é um bem público dominical.
- (C) é um bem público dominical. Por sua vez, a sede da Prefeitura é um bem público de uso especial.
- (D) e a sede da Prefeitura são bens públicos de uso comum do povo.
- (E) e a sede da Prefeitura são bens públicos de uso especial.

51

A Lei Complementar Municipal nº 270/2024 instituiu a revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro.

Considerando as disposições da Lei Complementar Municipal nº 270/2024, analise as afirmativas a seguir.

- I. O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro está em consonância com a Constituição Federal, o Estatuto da Cidade e a Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, e será revisto a cada cinco anos e avaliado a cada dez anos.
- II. O Plano Diretor é o instrumento básico da política urbana e é parte integrante do processo de planejamento do Município, orientando as ações dos agentes públicos e privados e as prioridades para a aplicação dos recursos orçamentários e dos investimentos.
- III. A destinação de recursos orçamentários para planos, programas e projetos da administração municipal, direta e indireta, autárquica e fundacional, ligados à política urbana deverá ser compatibilizada com as diretrizes e propostas contidas no Plano Diretor.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

52

Lucas, particular, residente e domiciliado no Município do Rio de Janeiro/RJ, interessado em obter uma outorga onerosa do direito de construir, procedeu à análise do Estatuto da Cidade, constatando que o Plano Diretor poderá fixar áreas nas quais o direito de construir poderá ser exercido acima do coeficiente de aproveitamento básico adotado, mediante contrapartida a ser prestada pelo beneficiário.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 10.257/2001, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para verdadeira e (F) para falsa.

- () O Plano Diretor poderá fixar coeficiente de aproveitamento básico único para toda a zona urbana ou diferenciado para áreas específicas dentro da zona urbana.
- () O Plano Diretor definirá os limites máximos a serem atingidos pelos coeficientes de aproveitamento, considerando a proporcionalidade entre a infraestrutura existente e o aumento de densidade esperado em cada área.
- () O Plano Diretor poderá fixar áreas nas quais poderá ser permitida alteração de uso do solo, mediante contrapartida a ser prestada pelo beneficiário.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – F – V.
- (B) F – F – F.
- (C) F – V – F.
- (D) F – F – V.
- (E) V – V – V.

53

O Prefeito do Rio de Janeiro, com o objetivo de tomar decisão informada sobre um eventual e futuro contrato administrativo, solicitou à Procuradoria municipal a apresentação de parecer sobre as cláusulas que devem reger, regra geral, os contratos administrativos de concessão de serviços públicos.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 8.987/1995, **não** é cláusula essencial do contrato de concessão a relativa:

- (A) aos direitos, garantias e obrigações do poder concedente e da concessionária, inclusive os relacionados às previsíveis necessidades de futura alteração e expansão do serviço e consequente modernização, aperfeiçoamento e ampliação dos equipamentos e das instalações.
- (B) à forma de fiscalização das instalações, dos equipamentos, dos métodos e práticas de execução do serviço, bem como à indicação dos órgãos competentes para exercê-la.
- (C) ao foro e à vedação a soluções amigáveis das divergências contratuais, em razão da indisponibilidade do interesse público.
- (D) aos critérios para o cálculo e a forma de pagamento das indenizações devidas à concessionária, quando for o caso.
- (E) às penalidades contratuais e administrativas a que se sujeita a concessionária e sua forma de aplicação.

54

O Conselho de Administração das empresas públicas e das sociedades de economia mista deve ser composto, no mínimo, por vinte e cinco por cento de membros independentes ou por pelo menos um, caso haja decisão pelo exercício da faculdade do voto múltiplo pelos acionistas minoritários.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei nº 13.303/2016, avalie se os requisitos de elegibilidade do conselheiro independente incluem:

- I. Não ter qualquer vínculo com a empresa pública ou a sociedade de economia mista, inclusive participação de capital.
- II. Não ser cônjuge ou parente consanguíneo ou afim, até o segundo grau, inclusive ou por adoção, de chefe do Poder Executivo, de Secretário de Município ou de administrador da empresa pública ou da sociedade de economia mista.
- III. Não ser ou não ter sido, nos últimos três anos, empregado ou diretor da empresa pública, da sociedade de economia mista ou de sociedade controlada, coligada ou subsidiária da empresa pública ou da sociedade de economia mista, exceto se o vínculo for exclusivamente com instituições públicas de ensino ou pesquisa.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

Direito Civil

55

Em março de 2025, um grave acidente de barco ocorreu durante uma tempestade no litoral do Rio de Janeiro. Nele estavam presentes João (25 anos), sua esposa, Ana (22 anos, grávida de 7 meses), o irmão de João, Pedro (17 anos, emancipado pelos pais por instrumento público), e o tio de Ana, Carlos (50 anos). Todos desapareceram no mar, e os corpos não foram localizados após extensas buscas realizadas por autoridades marítimas e familiares durante mais de seis meses.

A família de João e Pedro ingressou em juízo para requerer a abertura da sucessão definitiva. Já a família de Ana, buscando resguardar os direitos do nascituro, pleiteou judicialmente o reconhecimento da morte presumida dela.

Considerando os fatos narrados e a legislação aplicável, assinale a afirmativa correta.

- (A) Como todos desapareceram no mesmo acidente e não foi possível verificar quem faleceu primeiro, presume-se que João, Ana, Pedro e Carlos morreram simultaneamente, autorizando a direta e imediata abertura da sucessão definitiva.
- (B) A morte presumida de João, Ana, Pedro e Carlos somente poderá ser declarada após dois anos do desaparecimento no mar, nos termos aplicáveis aos desaparecidos em campanha ou prisioneiros de guerra.
- (C) A morte presumida de João, Ana, Pedro e Carlos poderá ser declarada desde já, diante da extrema probabilidade de morte pelo naufrágio, desde que esgotadas as buscas, com fixação da data provável do falecimento.
- (D) Pedro, apesar de emancipado por instrumento público antes do acidente, não poderia ser considerado plenamente capaz, pois não havia alcançado dezoito anos completos na data do naufrágio.
- (E) O filho que Ana gerava no momento do acidente adquire personalidade civil, a qual será extinta com a declaração de morte presumida.

56

A sociedade empresária ABS Eletrodomésticos S.A. encomendou da XYZ Eletrônica S.A. a produção de trinta *smart tvs*. Além do prazo de entrega e do preço, ABS e a XYZ também convencionaram que a ABS teria o direito de desistir do contrato no prazo de dez dias a contar da data do pedido. No décimo quarto dia após a realização do pedido, a ABS notificou a XYZ, comunicando o seu arrependimento e a desistência do contrato. A XYZ, todavia, ignorou a notificação e deu continuidade à execução do contrato. Diante disso, a ABS propôs ação judicial para declarar a extinção do contrato com base no exercício do direito de arrependimento. Com base na situação hipotética apresentada, é correto afirmar que:

- (A) deve o juiz conhecer de ofício o decurso do prazo para o arrependimento.
- (B) o prazo para o arrependimento é fatal e não poderia ser renunciado pela XYZ.
- (C) a XYZ pode alegar o decurso do prazo em qualquer grau de jurisdição.
- (D) salvo disposição legal em contrário, aplicam-se ao prazo para o arrependimento as normas que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição.
- (E) não é válida a cláusula que estipula o prazo para o arrependimento, ainda que mediante acordo das partes.

57

Catarina tem 15 anos e cursa o Ensino Médio. Elias tem 17 anos e acabou de colar grau na faculdade de Física. Sandro, 17 anos, casou-se civilmente com Lorena, de 18 anos, devidamente autorizado por seus pais.

Com base nos dados hipotéticos apresentados, no que concerne à capacidade de exercício, Catarina, Elias e Sandro podem ser considerados, respectivamente,

- (A) absolutamente incapaz, relativamente incapaz e relativamente incapaz.
- (B) absolutamente incapaz, absolutamente capaz e absolutamente capaz.
- (C) relativamente incapaz, absolutamente capaz e absolutamente incapaz.
- (D) relativamente incapaz, absolutamente incapaz e absolutamente capaz.
- (E) absolutamente capaz, relativamente incapaz e absolutamente incapaz.

58

Quando a Lei nº 13.786/2018, conhecida como "Lei dos Distratos", entrou em vigor, questionou-se sua aplicabilidade aos contratos que já haviam sido celebrados, em particular no que tange à possibilidade de cumulação de lucros cessantes com a cláusula penal.

Para as partes que celebraram contrato em 2017, é correto afirmar que a lei em questão

- (A) pode atingir a validade de cláusulas contratuais, pois a Lei nº 13.786/2018, ao disciplinar o regime de contratos imobiliários, envolvendo direito à moradia, impôs novas normas de ordem pública que prevalecem sobre a liberdade contratual.
- (B) pode atingir os efeitos do contrato, tais como direitos e obrigações por ele criados, que sejam objeto de regulação expressa pela lei nova, eis que estes não estão protegidos pela regra legal de irretroatividade da lei.
- (C) pode atingir efeitos ainda não produzidos (pendentes) do contrato, tais como juros, cláusula penal e perdas e danos, se ainda não havia ocorrido inadimplemento quando do início da vigência da lei, pois o ordenamento brasileiro admite expressamente a retroatividade mínima.
- (D) não pode atingir contratos anteriores à sua vigência, pois isso implicaria violar a proteção ao direito adquirido e do ato jurídico perfeito, já que tais atos foram praticados sob a vigência da lei anterior, tendo-se estabelecido desde logo o regime aplicável em caso de inadimplemento das obrigações.
- (E) não pode atingir contratos anteriores à sua vigência, pois o princípio da irretroatividade da lei, expressamente previsto na LINDB e na Constituição, não admite exceções, de modo que a lei anterior continua em atividade enquanto houver contratos, celebrados sob sua vigência, produzindo efeitos jurídicos.

59

Em junho de 2024, Carlos, Fernanda e Leonardo celebraram contrato de empréstimo com Banco Solidez S.A. no valor de R\$ 900.000,00, com vencimento em junho de 2025. O contrato previa expressamente cláusula de solidariedade passiva entre os devedores.

Em fevereiro de 2025, antes do vencimento, Carlos faleceu, deixando como herdeiros sua esposa Marina e seus dois filhos, Pedro e Lucas. Em junho de 2025, Fernanda pagou ao Banco Solidez S.A. o montante total da dívida. Em agosto de 2025, Fernanda ajuizou ação regressiva contra Marina, Pedro e Lucas, bem como contra Leonardo, pleiteando o ressarcimento proporcional ao que cada um deveria suportar na dívida. Marina e os filhos alegaram que, com a morte de Carlos, a obrigação solidária extinguiu-se para ele, não sendo possível cobrar deles qualquer valor. Leonardo, por sua vez, defendeu que Fernanda não tinha direito ao regresso, porque pagou por vontade própria.

Considerando apenas as informações acima, à luz do Código Civil, assinale a afirmativa correta.

- (A) A obrigação solidária extinguiu-se para Carlos com sua morte, não sendo transmitida aos seus herdeiros, que não respondem pelo regresso.
- (B) Fernanda tem direito de regresso integral contra Leonardo e contra os herdeiros de Carlos, que respondem pela cota-parte que cabia ao falecido, limitada ao quinhão hereditário.
- (C) Fernanda não tem direito de regresso, pois ao pagar por vontade própria extinguiu a obrigação para todos, sem direito a ressarcimento.
- (D) O pagamento feito por Fernanda extinguiu a obrigação apenas em relação a ela e Leonardo, não produzindo efeitos em relação aos herdeiros de Carlos, que permanecem devedores perante o banco.
- (E) Fernanda só poderá cobrar de Leonardo, porque a solidariedade entre os devedores cessa automaticamente com a morte de um deles, sem transmissão aos herdeiros.

60

Em janeiro de 2025, Marina adquiriu de Bruno uma escultura de mármore antiga para decoração de seu escritório, pelo valor de R\$ 80.000,00. O contrato previa cláusula de garantia pelo prazo de 6 meses. Dois meses após a entrega, Marina percebeu fissuras internas na peça, não aparentes no momento da compra, que comprometiam a integridade da escultura.

Bruno, comunicado do fato, alegou que desconhecia o defeito e que, por isso, não deveria arcar com qualquer indenização além da devolução do preço pago. Marina, no entanto, decidiu ajuizar ação para obter não apenas a restituição do preço, mas também indenização por danos materiais, considerando os gastos com transporte, instalação e desmontagem da peça, além de danos morais por frustração de expectativa.

À luz do Código Civil, assinale a afirmativa correta.

- (A) Marina tem direito à devolução do preço e ao ressarcimento de despesas do contrato, independentemente de Bruno ter ou não conhecimento do defeito, mas não tem direito a perdas e danos.
- (B) Marina pode exigir devolução do preço e indenização por perdas e danos apenas se provar que Bruno conhecia o vício oculto no momento da venda.
- (C) Marina não tem direito à devolução do preço, pois o vício não era aparente e não houve má-fé de Bruno, sendo caso típico de fortuito.
- (D) Marina tem direito automático a redibir o contrato e pleitear indenização por danos materiais e morais, independentemente de culpa de Bruno, bastando a existência do vício oculto.
- (E) Bruno não responde pelo vício oculto, pois havia cláusula de garantia, afastando a aplicação das regras do Código Civil.

Direito Processual Civil

61

Leia o relato a seguir, considerando o regime recursal do Código de Processo Civil e os efeitos da interposição de apelação sem atribuição de efeito suspensivo.

Em ação de obrigação de fazer, ao proferir a respectiva sentença, o juiz confirmou tutela de urgência antecipatória liminarmente deferida, e condenou a empresa ré a fornecer determinado medicamento ao autor, no prazo de 5 dias, sob pena de multa diária. A empresa interpôs a competente apelação, mas não requereu efeito suspensivo. O autor, em razão da urgência, requereu a execução provisória da sentença para o imediato cumprimento da obrigação.

Nesse contexto, é correto afirmar que a execução provisória

- (A) é vedada em obrigações de fazer.
- (B) depende de caução real ou fidejussória.
- (C) não é possível, pois a apelação possui efeito suspensivo automático.
- (D) deve aguardar o julgamento do recurso de apelação pelo tribunal.
- (E) é possível, pois, em tal hipótese, o efeito suspensivo somente pode ser atribuído à apelação se houver pedido expresso a ser formulado pelo recorrente.

62

Analise a situação jurídica a seguir.

Durante o trâmite de uma ação ordinária movida por uma sociedade empresária fornecedora de peças automotivas em face de uma concessionária de veículos, o juiz competente determinou, sem qualquer intimação prévia da parte ré, o encerramento da fase instrutória, indeferindo a oitiva de testemunha essencial para a tese defensiva, sob o fundamento genérico de "suficiência probatória nos autos". O patrono da ré, ao tomar ciência da decisão por meio do Diário Oficial, alegou nulidade por cerceamento de defesa, pois não foi oportunizada à parte a devida manifestação sobre a produção da prova.

Considerando a legislação e a doutrina aplicáveis, restou violado na situação descrita o princípio da(o):

- (A) eficiência.
- (B) legalidade estrita.
- (C) contraditório.
- (D) imparcialidade.
- (E) economia processual.

63

A empresa "TCA Ferragens" ajuizou ação de execução de título extrajudicial em face de uma microempresa local, alegando inadimplemento de três duplicatas mercantis. Na petição inicial, contudo, o patrono da exequente omitiu a indicação do valor da causa, não anexou os títulos originais, nem apresentou o demonstrativo do débito atualizado. Diante dessa omissão, o juiz indeferiu liminarmente a petição inicial e extinguiu o processo sem resolução de mérito, sem antes intimar a parte para sanar as falhas apontadas.

Inconformado, o patrono da exequente interpôs o recurso cabível, tendo como principal fundamento a negativa de acesso à jurisdição, pois, segundo ele, o juiz deveria ter oportunizado a correção da inicial.

Assinale a opção que apresenta a conduta correta a ser adotada pelo juiz diante da apresentação de petição inicial com vícios formais e documentais.

- (A) Determinar o arquivamento imediato dos autos, pois não houve interesse de agir.
- (B) Indeferir de plano a petição inicial, pois não há documento indispensável.
- (C) Proferir sentença de improcedência, pois a ausência de documento implica ausência de prova pré-constituída.
- (D) Intimar o autor para emendar a petição inicial, no prazo de 15 dias, sob pena de indeferimento.
- (E) Aceitar a petição e determinar a citação do réu, pois o vício é irrelevante.

64

João e Maria, após sete anos de união estável, decidiram formalizar a partilha consensual dos bens adquiridos durante a convivência. Diante da ausência de filhos e da inexistência de litígio, protocolizaram petição conjunta perante o Juízo Cível da Comarca de sua residência, pugnando pela homologação judicial da divisão acordada.

No despacho inicial, o juiz destacou que, mesmo na ausência de controvérsia, caberia ao Judiciário exercer controle quanto à legalidade e à proteção do interesse público envolvido na partilha. Com base na situação narrada, assinale a opção que indica o tipo de jurisdição exercida pelo Poder Judiciário em tal hipótese.

- (A) Jurisdição contenciosa, pois há pretensão resistida.
- (B) Jurisdição penal, pois o pedido foi feito judicialmente.
- (C) Jurisdição administrativa, pois se trata de homologação.
- (D) Jurisdição voluntária, pois não há litígio entre as partes.
- (E) Jurisdição arbitral, pois decorre de consenso.

65

Carla, microempreendedora individual, ajuizou ação de obrigação de fazer em face de empresa fornecedora de insumos, tendo descumprido, porém, cláusula contratual essencial, deixando de entregar o material adquirido. No entanto, a petição inicial foi subscrita apenas por Carla, sem a presença de patrono devidamente constituído.

O juiz, ao verificar a ausência de instrumento de mandato e da assinatura de profissional habilitado, extinguiu o processo liminarmente, sem conceder prazo para regularização da representação.

O defensor público que posteriormente assumiu a causa interpôs apelação sob o fundamento de que a extinção sem resolução do mérito foi prematura e indevida.

A partir do caso apresentado, assinale a afirmativa correta a respeito da extinção do processo.

- (A) A decisão foi correta, pois o autor deveria instruir a petição inicial com prova da hipossuficiência.
- (B) Houve erro, pois o juiz deveria nomear curador especial.
- (C) Houve ausência de capacidade de ser parte, o que justifica a extinção.
- (D) A decisão é válida, pois não cabe regularização posterior da ausência de advogado.
- (E) A decisão foi equivocada, pois deveria ter sido concedido prazo para suprir o vício da capacidade postulatória.

66

A respeito dos efeitos da revelia à luz do contraditório e das exceções legais previstas no Código de Processo Civil, leia o relato a seguir.

Em ação de cobrança deflagrada por um condomínio em face de um condômino inadimplente, o réu foi citado pessoalmente, mas não apresentou contestação no prazo legal. Diante disso, o autor peticionou requerendo o julgamento antecipado da lide, com esteio na presunção de veracidade dos fatos narrados na inicial. O juiz, entretanto, indeferiu o pedido sob o fundamento de que a revelia não produziria, automaticamente, tal presunção no caso concreto.

Considerando a legislação processual civil, a decisão do juiz está

- (A) equivocada, pois a revelia sempre acarreta presunção de veracidade.
- (B) correta, pois a matéria alegada exige prova documental específica.
- (C) correta, pois a cobrança de cotas condominiais é matéria de direito indisponível.
- (D) correta, pois, mesmo com a revelia, a presunção não se aplica quando o autor deve provar fato constitutivo.
- (E) equivocada, pois o silêncio do réu implica confissão judicial tácita.

67

Durante audiência de instrução e julgamento em ação de responsabilidade civil por erro médico, o juiz determinou, a requerimento da parte autora, a intimação do réu para prestar depoimento pessoal, com o objetivo de esclarecer divergências entre o prontuário clínico e a narrativa inicial da defesa. O réu, regularmente intimado, compareceu à audiência, mas, orientado por seu advogado, permaneceu em silêncio diante de todas as perguntas formuladas pela parte autora e pelo juiz. Diante desse comportamento, o juiz declarou como verdadeira a versão apresentada na petição inicial.

Com base no relato, assinale a afirmativa correta quanto à legalidade da decisão do juiz e ao efeito jurídico do silêncio do réu no depoimento pessoal.

- (A) A decisão do juiz é ilegal, pois o réu tem direito absoluto ao silêncio.
- (B) A decisão está correta, pois o silêncio permite a confissão ficta dos fatos alegados.
- (C) A decisão do juiz é improcedente, pois o silêncio configura apenas recusa ética, sem efeitos probatórios.
- (D) A decisão do juiz é nula, pois o depoimento pessoal não pode ser exigido judicialmente.
- (E) A decisão do juiz é arbitrária, pois somente a ausência injustificada do réu permite confissão.

68

Em sede de Ação Civil Pública que discute a constitucionalidade de uma lei municipal sobre contratação temporária de servidores, uma organização da sociedade civil que atua na defesa da moralidade administrativa requereu sua admissão como *amicus curiae*, alegando possuir *expertise* técnica no tema e amplo histórico de atuação em casos semelhantes. O magistrado deferiu o ingresso da entidade como *amicus curiae*, mas, posteriormente, a referida organização apresentou recurso contra decisão interlocutória que indeferia a produção de determinada prova técnica.

Nesse cenário, com base no regime jurídico do Código de Processo Civil e na jurisprudência consolidada, é correto afirmar que o *amicus curiae*

- (A) não possui legitimidade recursal em nenhuma hipótese, pois sua intervenção é meramente decorativa.
- (B) pode recorrer apenas de sentença final, desde que haja prejuízo à parte que representa.
- (C) pode interpor qualquer recurso em nome das partes, desde que autorizado pelo juiz.
- (D) tem legitimidade restrita e pode recorrer apenas de decisões que afetam diretamente sua atuação no processo.
- (E) atua como substituto processual e possui os mesmos direitos processuais do Ministério Público.

69

Leia a narrativa a seguir, considerando os efeitos processuais e extraprocessuais da decisão judicial.

Em 2020, Marcos, servidor público municipal, ajuizou ação declaratória em face do Município do Rio de Janeiro, pleiteando o reconhecimento do tempo de serviço exercido no âmbito da iniciativa privada. Após a produção de provas, o juiz julgou parcialmente procedente o pedido, reconhecendo a possibilidade de o tempo trabalhado na iniciativa privada ser contado em parte para a sua aposentadoria no serviço público.

A sentença transitou em julgado em 2021 e, em 2024, o Município propôs nova demanda, alegando que surgiram novas provas documentais que confirmam a ausência do devido recolhimento ao RGPS durante o tempo de trabalho na iniciativa privada.

Nesse cenário, é correto afirmar que:

- (A) a nova ação pode prosseguir normalmente, pois o trânsito em julgado não impede reapreciação da matéria.
- (B) a nova ação deve ser extinta sem resolução de mérito, pois há coisa julgada material, sendo inadmissível reexame do mérito.
- (C) a Municipalidade poderá ajuizar ação rescisória a qualquer tempo, sem prazo decadencial.
- (D) a sentença anterior não faz coisa julgada, pois era apenas declaratória.
- (E) a nova ação poderá ser recebida como reconvenção, se houver prova nova.

70

Durante a realização de audiência de instrução e julgamento no âmbito de ação de cobrança de aluguéis, o réu, ao ser interrogado sobre a dívida, afirmou: “Sim, estou devendo os valores mencionados. Reconheço que deixei de pagar por dificuldades financeiras”. Ainda em audiência, o advogado da parte autora imediatamente pugnou pelo julgamento antecipado da lide, com esteio na confissão realizada em audiência.

Diante da situação narrada, assinale a afirmativa que descreve corretamente os efeitos processuais da manifestação do réu.

- (A) A declaração do réu é irrelevante do ponto de vista processual, pois somente produziria efeitos se fosse ratificada por prova documental.
- (B) A manifestação do réu constitui confissão judicial de valor relativo, que exige homologação judicial para produzir efeitos processuais.
- (C) A manifestação do réu somente gera efeitos processuais de confissão se for acompanhada de prova testemunhal que a corrobore.
- (D) A declaração do réu configura confissão judicial e produz prova plena, devendo ser avaliada pelo juiz em contraste com as demais provas produzidas nos autos.
- (E) A confissão do réu não gera efeitos processuais se não estiver prevista em cláusula contratual.

71

Diante da propositura de uma ação de alimentos, o réu impugna o pedido principal sob o argumento de que não é o pai biológico da criança. A contestação é acompanhada de provas iniciais que indicam dúvidas relevantes sobre a filiação. O juiz, para decidir a obrigação alimentar, delibera sobre a paternidade no mesmo processo, sem que haja pedido expresso veiculado pelo suposto genitor nesse sentido.

Com base no caso apresentado, é correto afirmar que:

- (A) a paternidade não pode ser decidida no processo de alimentos, pois exige ação própria.
- (B) a decisão fará coisa julgada apenas se houver anuência do Ministério Público.
- (C) a paternidade decidida incidentalmente produzirá coisa julgada para todas as partes.
- (D) a matéria da filiação é de ordem pública e deve ser julgada antes dos alimentos.
- (E) a decisão sobre a paternidade não fará coisa julgada material, pois não perfez o objeto litigioso da ação de alimentos e tampouco consubstanciou requerimento expresso formulado pelo réu.

72

Analise a narrativa a seguir, considerando o princípio da cooperação processual e a possibilidade de inversão do ônus da prova no processo civil brasileiro.

Em ação de responsabilidade civil por defeito em produto eletrônico, o consumidor alegou que o equipamento apresentou falhas após três meses de uso. A empresa fabricante, em contestação, afirmou que o defeito se deve a mau uso, mas não apresentou laudo técnico. O juiz, considerando a vulnerabilidade técnica do consumidor e a maior capacidade probatória da empresa, redistribuiu o ônus da prova, fixando-o na pessoa da empresa ré.

Com base no relato, assinale a afirmativa correta a respeito da redistribuição do ônus da prova.

- (A) A redistribuição só pode ser feita a requerimento da parte autora.
- (B) O juiz não pode redistribuir o ônus da prova, pois isso viola o princípio da inércia.
- (C) A redistribuição é legal, mas só produz efeitos após sentença.
- (D) A redistribuição é válida e pode ser feita de ofício, desde que fundamentada e antes da sentença.
- (E) A redistribuição depende de contradita prévia do Ministério Público.

Direito Tributário e Financeiro

73

A Constituição Federal e a legislação infraconstitucional estabelecem princípios que orientam a elaboração, a execução e o controle do orçamento público, assegurando transparência, responsabilidade fiscal e racionalidade na gestão das finanças estatais. Tais princípios funcionam como diretrizes obrigatórias que limitam a atuação do legislador e do administrador, evitando desvios de finalidade e garantindo maior controle social sobre a aplicação dos recursos.

Sobre os princípios orçamentários, assinale a afirmativa correta.

- (A) O princípio da exclusividade impede que a Lei Orçamentária Anual contenha qualquer autorização para abertura de créditos adicionais.
- (B) O princípio da anualidade determina que o orçamento público seja elaborado e executado a cada quatro anos, coincidente com o mandato do chefe do Poder Executivo.
- (C) O princípio da universalidade estabelece que todas as receitas e despesas do ente federativo devem constar na Lei Orçamentária de cada exercício, permitindo maior transparência e controle.
- (D) O princípio da não vinculação da receita de impostos proíbe qualquer exceção constitucional que permita a destinação obrigatória desses recursos.
- (E) O princípio da unidade estabelece que cada ente federativo deve possuir os orçamentos fiscal, de seguridade social e de investimentos, autônomos e independentes, sem consolidação, para facilitar a execução das despesas.

74

O Sistema Tributário Nacional organiza-se em uma estrutura hierárquica que vai desde a Constituição Federal até atos normativos infralegais.

Sobre o tema, assinale a afirmativa correta.

- (A) As taxas podem ser instituídas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, independentemente de qualquer relação com serviços públicos ou exercício de poder de polícia.
- (B) A contribuição de melhoria tem como característica principal ser um tributo que incide sobre a valorização imobiliária decorrente da realização de obra pública.
- (C) As multas de trânsito são consideradas tributos, pois possuem natureza pecuniária e são compulsórias.
- (D) O empréstimo compulsório pode ser instituído por qualquer ente federativo, desde que haja previsão em lei ordinária.
- (E) Os impostos possuem destinação vinculada por lei, devendo ter sua arrecadação destinada a finalidades específicas.

75

Em relação à cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública, nos termos da Lei nº 6.830/1980, assinale a afirmativa correta.

- (A) A inscrição em Dívida Ativa tem natureza jurisdicional e, por si só, constitui título executivo judicial apto a embasar a execução fiscal.
- (B) A Certidão de Dívida Ativa (CDA) não precisa conter o fundamento legal do crédito, pois esse elemento será suprido pelo ajuizamento da execução fiscal.
- (C) Compete privativamente à Procuradoria-Geral do Município a cobrança judicial da dívida ativa do Município, sendo admitido o parcelamento do crédito tributário que suspenderá a prescrição, mas não a exigibilidade do crédito inscrito em dívida ativa.
- (D) O executado poderá oferecer embargos à execução antes de garantir o juízo, desde que comprove a propositura de ação anulatória relativa ao crédito inscrito.
- (E) O despacho do juiz que ordena a citação do devedor interrompe a prescrição e autoriza, de imediato, a penhora de bens, caso não haja pagamento ou garantia da execução.

76

Sobre a atuação do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro (TCM-RJ), assinale a afirmativa correta.

- (A) O TCM-RJ exerce controle externo, auxiliando a Câmara Municipal, e deve emitir parecer prévio sobre as contas anuais prestadas pelo Prefeito, com competência exclusiva para o seu julgamento.
- (B) O TCM-RJ elaborará a sua proposta orçamentária dentro dos limites estipulados na lei de diretrizes orçamentárias, assegurada a autonomia administrativa e financeira.
- (C) O TCM-RJ pode, no exercício de sua função fiscalizatória, aplicar diretamente sanções aos agentes públicos municipais, inclusive determinar a perda do cargo.
- (D) A atuação do TCM-RJ limita-se à análise contábil e formal dos atos administrativos, não podendo avaliar a economicidade e a eficiência dos atos de gestão municipal.
- (E) O TCM-RJ é órgão da Administração Direta do Município, não vinculado hierarquicamente ao Prefeito, ainda que suas decisões possam ser revistas pelo Chefe do Executivo.

77

Em relação ao cômputo das despesas com pessoal no âmbito do Município do Rio de Janeiro, assinale a afirmativa correta.

- (A) As indenizações por demissão de servidores integram o cômputo da despesa de pessoal.
- (B) As despesas com estagiários devem ser computadas como despesa de pessoal, independentemente de sua natureza.
- (C) As despesas com contratos de terceirização de mão de obra, quando se referirem à substituição de servidores e empregados públicos, não serão incluídas no cômputo da despesa com pessoal para fins de limite da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).
- (D) As despesas de pessoal do Legislativo municipal não integram o cômputo do limite de despesa total com pessoal de 60% da Receita Corrente Líquida (RCL), previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), por serem de natureza autônoma.
- (E) Valores pagos a inativos e pensionistas, quando custeados por transferências que visem ao equilíbrio atuarial não devem ser considerados no cômputo da despesa com pessoal, na forma definida pelo órgão do Poder Executivo federal responsável pela orientação, pela supervisão e pelo acompanhamento dos regimes próprios de previdência social.

78

O orçamento público constitui instrumento fundamental de planejamento e gestão estatal. Trata-se de peça que materializa a relação entre os Poderes Executivo e Legislativo, submetendo-se a princípios constitucionais e legais específicos.

Considerando essas características e a disciplina jurídica aplicável ao tema, assinale a afirmativa correta.

- (A) O orçamento público é um ato administrativo interno que dispensa aprovação do Poder Legislativo.
- (B) O orçamento público deve ser elaborado e executado a cada dois anos, coincidindo com o mandato do chefe do Poder Executivo.
- (C) O orçamento público tem como função principal estimar as receitas e fixar as despesas para um determinado exercício financeiro, sendo aprovado por lei.
- (D) O orçamento público não segue princípios constitucionais e legais, podendo excluir receitas ou despesas que o Executivo julgar desnecessárias.
- (E) O orçamento público é instrumento do Poder Legislativo, que o elabora e o executa sem participação do Poder Executivo.

79

De acordo com a Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, assinale a opção correta sobre o processo orçamentário municipal.

- (A) Compete ao Município dispor sobre plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito e dívida pública municipal, além de concessão de isenções e anistias fiscais e remissão de dívidas e créditos tributários, devendo observar prazos definidos para envio e apreciação pela Câmara Municipal.
- (B) O Prefeito elabora a proposta orçamentária, mas a Câmara Municipal pode alterá-la livremente, incluindo programas e ações que aumentem despesas sem indicar a respectiva fonte de custeio.
- (C) A Lei Orçamentária Anual (LOA) tem vigência de quatro anos e prevê metas físicas e financeiras compatíveis com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- (D) O Prefeito pode executar despesas que não estejam previstas na LOA, desde que consideradas urgentes, ainda que previsíveis.
- (E) O processo orçamentário é competência exclusiva do Poder Legislativo, cabendo à Câmara Municipal elaborar, aprovar e executar o orçamento.

80

De acordo com o Código Tributário Municipal do Rio de Janeiro (Lei nº 691/1984), assinale a afirmativa correta quanto ao lançamento e à exigibilidade do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU).

- (A) O lançamento do IPTU é exclusivamente por homologação, sendo indispensável o pagamento antecipado pelo contribuinte e posterior homologação pela autoridade administrativa.
- (B) O Poder Executivo está autorizado a conceder prazos, com suspensão de penalidades, para inscrição e cadastragem de imóveis ou acréscimos construídos irregularmente, lançando o imposto a partir do ano seguinte ao da confissão do sujeito passivo.
- (C) O lançamento do IPTU, por se tratar de tributo de lançamento direto, pode ser revisto a qualquer tempo pela Administração Tributária, independentemente de decadência, desde que constatado erro de fato no cálculo do tributo.
- (D) O parcelamento administrativo do IPTU suspende a exigibilidade do crédito tributário e impede a inscrição do débito em dívida ativa, ainda que descumprido pelo contribuinte.
- (E) A impugnação administrativa tempestiva do lançamento do IPTU suspende a exigibilidade do crédito tributário e a fluência do prazo decadencial, mas não interrompe a prescrição.

Redação

Leia com atenção os textos motivadores a seguir.

Fidelidade, devoção afetiva e respeito à hierarquia são alguns dos principais motivos por trás de uma dominação estável.

Obedecemos, seguimos e damos ordens muitas vezes até sem perceber. Há leis, regras de trânsito, conselhos morais e espirituais, determinações do chefe e tantas outras situações em que prevalece mando e obediência. Numa dessas relações é fácil imaginar motivos para alguém desejar comandar – como sede de status, vantagens materiais ou satisfação da vaidade. Pode ser mais interessante, contudo, pensar no que leva alguém a obedecer sem fazer questionamentos – ou pelo menos estranhar essa conjuntura. O sociólogo alemão Max Weber deu algumas respostas a essa questão. No início do século 20 ele estudou as relações de dominação, que definiu como “probabilidade de encontrar obediência a determinada ordem”. O que mais lhe interessava nessas relações era o sentido dado à ação de obedecer por aqueles que se submetiam às ordens.

Podem existir motivações para a obediência com base no medo, no afeto, num costume arraigado ou no cálculo das vantagens de ser conivente com o dominador. Mas a dominação construída sobre esses alicerces pode ser instável. De acordo com Weber, as relações de mando-obediência tornam-se mais estáveis quando o sujeito que segue as determinações alheias o faz por acreditar que esta é a coisa certa a fazer. Em outras palavras, a dominação é mais estável quando o dominado acredita na legitimidade do *motivo* de sua obediência. Três fundamentos são identificados pelo sociólogo para a dominação ser considerada legítima por aqueles que acatam e cumprem as ordens: existem os casos em que a motivação é a crença na legitimidade das ordenações e dos poderes senhoriais existentes há muito tempo. Obedece-se por *fidelidade*, sem questionamentos, porque se acredita que o estado das coisas foi daquele jeito desde sempre; outra razão para considerar as ordens de uma pessoa como legítimas é a *devoção afetiva* a ela ou a *crença em seus dons* (como faculdades mágicas, abertura para revelações místicas, demonstrações de heroísmo, poder intelectual ou alta capacidade de convencimento pelo discurso); mais estável é a chamada dominação legal. Nela, uma pessoa não é obedecida por uma qualidade sua, mas pelo cargo que ocupa. Na verdade, o que realmente é obedecido é uma *regra estatuída*. A ideia básica, nesse tipo de relação, é que qualquer direito pode ser criado ou modificado mediante um estatuto correto.

Adaptado de SORIANO, Paulo (2016), *apud* <https://www.academiagalega.gal/academia/info-Atualidade>.

O Poder da Obediência

A obediência é uma característica fundamental para o funcionamento de qualquer sociedade.

A autoridade exerce um papel importante na influência da obediência das pessoas.

A obediência pode ser positiva quando baseada em princípios éticos e morais.

No entanto, a obediência cega pode levar a consequências negativas, como a perpetuação de injustiças e abusos de poder.

Estudos demonstram que as pessoas tendem a obedecer à autoridade mesmo quando isso vai contra seus valores pessoais.

A obediência à autoridade pode ser explicada por fatores como o medo de punição, o desejo de pertencer a um grupo e a crença na legitimidade da autoridade.

É importante questionar a autoridade e refletir sobre os limites da obediência, buscando sempre agir de acordo com princípios éticos e morais.

A conscientização sobre os mecanismos de influência da autoridade pode ajudar a evitar situações de abuso e injustiça.

A educação e o desenvolvimento do senso crítico são fundamentais para promover uma obediência consciente e responsável.

Adaptado de *O Poder da Obediência*, Fernanda Morais.

A obediência é um elemento essencial para o funcionamento da vida em sociedade, seja no cumprimento das leis, das normas institucionais ou das relações de trabalho. Contudo, quando ofuscada, pode levar à perpetuação de injustiças e abusos de poder. Os textos motivadores apresentam diferentes perspectivas sobre o tema e incentivam uma reflexão sobre a importância e os limites da obediência na nossa sociedade.

Com base nessa temática, elabore um texto dissertativo de 20 a 30 linhas, atendendo ao seguinte:

- a) **análise criticamente os fundamentos que levam indivíduos a obedecer autoridades, relacionando-os ao pensamento de Max Weber e às situações vivenciadas no serviço público;**
- b) **discuta os limites da obediência no exercício da função pública, refletindo sobre os riscos da obediência cega e a importância do questionamento ético e jurídico diante de ordens hierárquicas;**
- c) **defenda a relevância da obediência consciente e responsável como instrumento de fortalecimento da legalidade, da moralidade administrativa e da proteção dos direitos fundamentais, destacando o papel do servidor municipal nesse processo.**

Realização

